

Intercel negocia política salarial

Os trabalhadores da Celesc terão que tomar posição nos próximos dias a respeito da mudança ou não da cláusula de reajuste salarial do acordo assinado na data base. É que após ficar mais de 2 anos sem uma política salarial própria, a Direção da Celesc fez uma proposta alterando totalmente a cláusula existente. A Intersindical avaliou que a proposta é insuficiente em vários aspectos.

A empresa apresentou uma proposta de reajuste em janeiro, e ao mesmo tempo de alteração de toda a cláusula de política salarial. O primeiro ponto da proposta é o compromisso de um reajuste em janeiro de 54,93% sobre os salários de outubro, a ser pago em 10 de fevereiro. Este índice corresponde ao "zeramento" do INPC de outubro (26,07%) e novembro (22,89%). Com isto o menor salário terá 22,9% de reajuste sobre dezembro, e o maior salário terá 51,6%.

O segundo ponto estabelece que nos meses dos reajustes trimestrais da Lei (fev. e jul.), a Celesc garantirá reajuste igual à variação da arrecadação verificada desde outubro. Se tal variação for maior que a inflação do mesmo período (INPC) passaria a valer este índice como limite máximo.

A partir de março, os salários terão reajustes mensais iguais a 80% da variação da arrecadação

do mês anterior, limitado ao INPC. Por exemplo, se em fevereiro a arrecadação tiver aumentado em 20% sobre janeiro, em março a Celesc dará reajuste de 16% (80% de 20%) para todos; mas se o INPC de fevereiro tiver sido de 15% fica valendo este último.

No entender da Intersindical, a cláusula hoje em vigor foi o resultado de um processo de negociação, evidenciando a correlação de forças que se configurou no momento da data-base. Por isso não se conseguiu ter no acordo um mecanismo de reajustes que mantivesse ao longo deste ano o poder de compra dos salários. Além disso, a cláusula deixou os salários totalmente dependentes da política tarifária do setor. Quando o go-

verno federal deixou de aumentar a energia, como ocorreu em novembro, isto repercutiu estreitando o limite de 30% do faturamento.

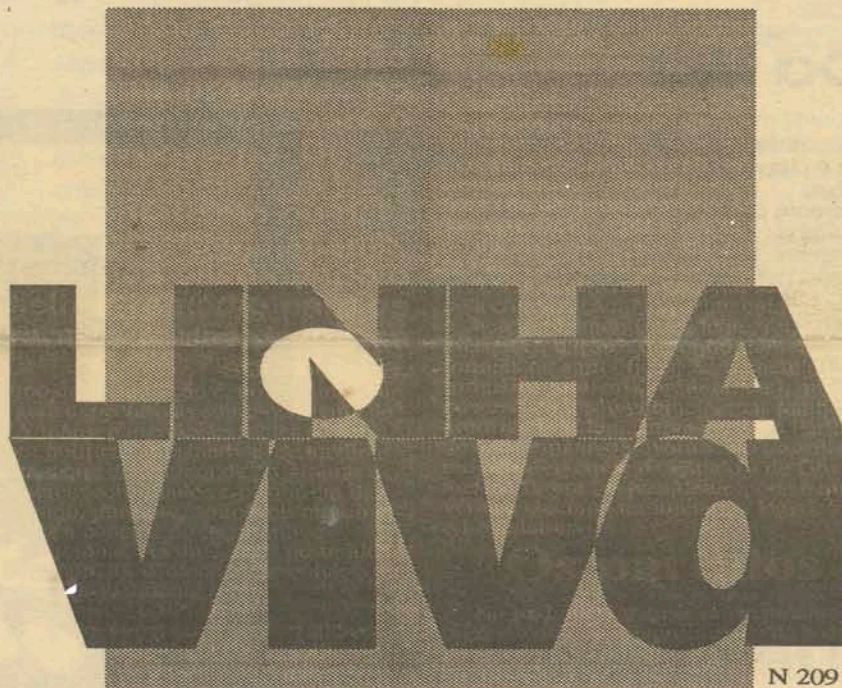
Embora a proposta de política salarial da Celesc acene com a possibilidade de reajustes mais frequentes - passando a ser mensais - e para todo o salário, ela acaba mantendo a dependência da política tarifária. É ela que em última análise acaba determinando a arrecadação da empresa. É necessário garantir reajustes mínimos que defendam o poder de compra dos salários desvinculados das decisões de política tarifária, que, como o próprio nome diz, são políticas, acima de tudo.

Além disso a proposta da empresa não garante a reposição da

inflação em fevereiro, correndo-se o risco dos reajustes mensais partirem de um nível salarial com perda, que se perpetuaria até a próxima data-base. Também não ficou claro o porque da empresa ter oferecido apenas 80% da variação da arrecadação como parâmetro para os reajustes, e não 100%, se a intenção da nova cláusula é fazer com que os salários acompanhem o caixa da empresa.

Assim, a Intersindical acrescentou como contra-proposta à proposta da Celesc alguns pontos, visando dar maior proteção ao poder de compra dos salários: a) o "zeramento" das perdas do quadrimestre em fevereiro, para todos; b) os reajustes mensais a partir de março de 100% da variação da arrecadação do mês anterior; c) sejam garantidos reajustes mensais de no mínimo 70% da inflação do mês anterior; d) seja definido claramente o conceito de arrecadação a ser utilizado, com as correspondentes fontes de comprovação.

A diretoria da Celesc recebeu esta contraproposta no dia 5 de janeiro e foi marcada nova reunião de negociação para dia 14 de janeiro. Até lá os sindicatos percorrerão os locais de trabalho para ter uma conversa com a categoria sobre a proposta e contra-proposta, e conscientizar a todos sobre a importância de participar e contribuir no processo de negociação.



Concorrência Dirigida

N 209

07-01-93

Muito embora a Eletrosul e os sindicatos tenham, há 5 anos, discutido e aprovado um Plano de Carreira, este plano foi engavetado e nunca vingou.

Estranhamente, no final do ano passado, a atual administração da Eletrosul em vez de resgatar o plano existente decidiu contratar serviços de consultoria na área de cargos e salários. Para tanto enviou cartas-convite para 17 empresas que atuam nesta área. O prazo para recebimento e abertura das propostas era dia 20.11.92, às 14 horas. A empresa vencedora foi a Towers Perrin e o valor que ela pediu à Eletrosul pelo trabalho foi de 75 mil dólares.

Muito antes da publicação do edital de tomada de preços e muito antes da abertura das propostas o Sinergia recebeu informações de dentro da Eletrosul dando conta que a concorrência tinha cartas marcadas. Por isto na véspera da abertura das propostas o sindicato publicou (dia 19.11.92) nos classificados do jornal O Estado, um anúncio dando o resultado em código e o valor que seria pedido pela vencedora. (veja box)

No dia 30 de dezembro de 92 foi publicado no Diário Oficial da União a autorização da Eletrosul (assinada pelo presidente Amílcar Gazaniga e pelo Diretor Administrativo, Ilário Pasin) para a Towers Perrin começar a trabalhar.

"Há dois meses aguardamos o desfecho deste processo viciado, que reforça tudo o que viemos dizendo sobre esta gestão. Toda esta documentação será enviada ao presidente Itamar Franco para ser acrescida ao dossiê Gazaniga", disse Mauro Passos, presidente do Sinergia, após comprovar os resultados da concorrência

CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis convoca a categoria, base Celesc e Eletrosul, para Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada, na sede do Sinergia (Rua Lacerda Coutinho, 149), dia 14.01.93, às 18 horas em primeira convocação e às 18h30min, em segunda convocação, com a seguinte ordem do dia: - Apreciação das alterações no Estatuto, aprovadas no 1º Congresso dos Eletricistas de Florianópolis, em 06 e 07.12.91. - Assuntos Gerais.

SELEÇÃO

O Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis está selecionando 1(um) profissional de Formação Sindical para trabalhar neste sindicato, na assessoria dos departamentos de Formação e Cultura. As inscrições estão abertas e vão até o dia 20.01.93. O edital de convocação do concurso encontra-se à disposição dos interessados na sede do Sinergia.

1102 AGRONÔMICA TRINDADE

PERTO DA ELETROSUL — Vendo ou alugo por 05 meses, na Rewotmirip. Comprovar cargos e salários, c/IBM Near. US\$ 75.000. Tratar (0482) 20-1192 c/Egroje e Izaeg.

PQ. SÃO JORGE — Vendo casa c/03 dorms (01 suite) salas, cozinha, banheiro, garagem, etc. (0482) 20-1192 c/Egroje e Izaeg.

UMA — Vendo casa c/03 dorms (01 suite) salas, cozinha, banheiro, garagem, etc. (0482) 20-1192 c/Egroje e Izaeg.

Alugo 5 meses= 5 parcelas de pagamento
Rewotmirip= nome da firma invertido
fone 2011 92= data da abertura de propostas
Izaeg=Geazi= nome de um dos responsáveis na Eletrosul pela concorrência

Editorial Feliz Ano Velho

A epopéia nacional do processo de impeachment que começou em maio de 92 e acabou dois dias antes do final do ano, com a renúncia de Collor, permitiu aos brasileiros inaugurar um 1993 limpo e redimido.

O processo todo é um marco de mudança nacional. Na realidade a renúncia de Collor já havia sido assinada há muito tempo. O mesmo povo que o elegeu tratou de afastá-lo do poder que ele não soube exercer. Por isto o marco: os brasileiros perceberam que democracia não é apenas eleger alguém. Democracia é cobrar respeito, ter dignidade e não aceitar demagogia, desmandos, seja de quem for.

Com a renúncia Collor apenas reconheceu sua culpa. E não serão seus gritos de que o tribunal que o julgou é faccioso

que atenuarão este ato de "mea culpa". Além disso, nem no seu pronunciamento após a decisão de afastá-lo por oito anos da vida política, ele enfrentou a acusação que pesa contra si: de ter se beneficiado das propinas extorquidas pelo seu "banqueiro" PC Farias.

Na verdade Collor renunciou porque queria a manutenção dos seus direitos políticos. Na sua insanidade ele não percebeu que esta foi a primeira vez que o país derrotou um político desmoralizado dentro da ordem e seguindo a lei. Na sua insanidade ele não percebe que 1992 foi um ano de amadurecimento para a nação brasileira.

O objetivo maior de todo País era livrar-se de Collor. Agora a Justiça comum vai se encarregar dele.

A Bola Da Vez

A Folha de São Paulo noticiou na terça-feira última que a limpeza do Governo Collor começaria pelo Ministério da Infra-estrutura e citava, como alvo da faxina, a Eletrosul e seu respectivo Presidente, Amílcar Gazaniga.

Gazaniga, que completaria três anos à frente da Eletrosul em junho próximo, se notabilizou por uma administração impregnada de arbítrio, prepotência e mentiras.

Servil como poucos, Gazaniga rapidamente se adaptou ao discurso collorido. Promoveu uma "reforma administrativa" que por muito pouco não acabou com a empresa. Fez da fundação dos empregados, a ELOS, o que bem queria. Reduziu os investimentos ao mínimo, sem levar em conta os riscos que isto acarretaria à confiabilidade do sistema elétrico. Parou literalmente as obras de geração sem se preocupar com o futuro energético da região. Demitiu trabalhadores. Puniu dirigentes sindicais. Implantou um permanente clima de terror.

É óbvio que tamanho "vandalismo técnico-administrativo", para usar a expressão do Ministro Paulino Cícero, não é obra de apenas uma pessoa. Gazaniga para atingir seu objetivo precisou da cumplicidade e da conivência de algumas dezenas de pessoas. Seus diretores, assessores e chefes tiveram, em maior ou menor grau de envolvimento, responsabilidade pelo descaso e desmando que tivemos o dissabor de presenciar durante estes trinta longos meses desta gestão.

Gazaniga é apenas a BOLA DA VEZ. E os outros?

A Serviço De Quem?

Final de dezembro. Véspera das "férias coletivas" da Eletrosul. Na cabeça dos empregados, dinheiro para os presentes de Natal (que não são as ações da SADE), festa de fim de ano, etc....

De repente, como num passe de mágica, em cima de cada mesa, um panfleto. Para espanto de todos era do Conselho Fiscal da Elos. Alguns pensaram que se tratava de congratulações natalinas. Outros, desconfiados, imaginaram uma rifa, anúncio de um aumento de contribuições, enfim, coisas deste tipo.

Tamanha não foi a surpresa quando

leram o panfleto. O Conselho Fiscal da Elos tinha - finalmente - resolvido se posicionar sobre a compra de ações da SADE, realizada em abril de 1991, cujo escândalo nacional resultou numa Comissão Parlamentar de Inquérito - chamada CPI do PP.

A surpresa só foi maior com o posicionamento do Conselho. Contrariando tudo que a grande imprensa, a CPI e os sindicatos já apuraram sobre tão lesiva negociação, o Conselho, estranhamente, defendeu a transação como se estivesse a serviço de alguém.

Faltou luz de novo

Infelizmente os sindicatos mais uma vez tiveram que se manifestar publicamente sobre a debilidade do setor elétrico em Santa Catarina e em particular em Florianópolis.

Há cinco meses atrás, em agosto de 1992 a capital foi submetida a um blecaute de mais de cinco horas que se repetiu novamente no último dia do ano. Da primeira vez o Sinergia já havia alertado que o problema poderia se repetir e que outras regiões do Estado sofreriam os mesmos problemas, o que acabou acontecendo.

Isto ocorreu e pode voltar a se repetir por vários motivos. O principal é a falta de investimento na expansão do setor elétrico catarinense, que tornou nosso sistema debilitado em alguns pontos do Estado e em especial na alimentação da capital onde a ilha é alimentada por uma única linha de transmissão. O resultado é a baixa confiabilidade do sistema não admissível numa capital. Isto faz com que ao ocorrer uma deficiência neste sistema de alimentação a sua recomposição seja difícil e demorada.

Aliado a isto nos últimos tempos as empresas tem aplicado a política de "enxugamento" ou "reforma administrativa" cujo objetivo final é a privatização do setor. Os resultados são vários, como a redução ou até eliminação de turmas de sobreaviso e de plantão e de

equipamentos suficientes para atender emergências.

Assim, quando se combinam vários fatores como tempestades, aliadas a não existência de plantão e equipamentos e ocorre um defeito no sistema, a consequência é o que ocorreu em Florianópolis e em alguns locais do Estado no final de dezembro. As repercussões foram as mais desastrosas possíveis. Comerciantes das áreas atingidas perderam mercadorias, desconforto e insegurança para boa parte da população.

O prejuízo poderia ter sido maior. Isto só não ocorreu porque os trabalhadores da Celesc se desdobraram para solucionar o problema. Os celesquianos procuram defender a imagem da empresa, mas a ação dos empregados não é suficiente porque a decisão de investimentos e de pessoal são administrativas.

"A Celesc vem privatizando vários de seus serviços buscando vender a idéia de que eficiência só se consegue na iniciativa privada. Os resultados são estes. Por isto a campanha dos sindicatos contra a privatização no setor. Queremos uma Celesc empresa pública, pois energia tem um fim social, não é uma mera mercadoria e além disso é uma peça estratégica para o desenvolvimento do Estado e portanto tem que estar sob o controle público", avalia Glauco Marques, diretor do Sinergia.

TRIBUNA LIVRE

Resposta do CeFA

José Fernando de Souza Fonseca
Chefe do Depto. de Capacitação de Pessoal

Em relação ao assunto "superfaturamento nas compras do restaurante do CeFA" exposto nos nº 205 e 206 do "Linha Viva" temos a informar:

1º) Em 06/ago/92 recebemos denúncias de possível irregularidade de uma aquisição entre as compras efetuadas para o restaurante do CeFA naquele mês. Em 07/ago, por nossa solicitação, foi iniciada auditoria ampla na área de compras para apuração dos fatos.

2º) Os auditores realizaram de imediato uma pesquisa de preços para averiguação do superfaturamento, razão principal da auditoria. Durante o acompanhamento dos trabalhos de auditoria, fomos informados verbalmente da impossibilidade da conclusão, rápida do processo, devido ao não fechamento das quantidades de entrada de mercadorias quando comparadas com o controle de estoque e o de refeições servidas.

3º) Concluída a pesquisa fomos informados que não se podia afirmar que havia superfaturamento uma vez que as compras estavam dentro dos valores médios, mas que os procedimentos deveriam ser reformulados pois havia possibilidade de direcionamento das aquisições para determinados fornecedores. Devido a grande variedade de gêneros alimentícios necessários, as compras do restaurante são feitas através de sistemática utilizada pelo CeFA há vários anos, as recomendações da auditoria viariam no sentido de se alterar o sistema de aquisições de gêneros alimentícios para o restaurante.

4º) A Auditoria Interna entregou seu relatório em 02.dezembro.92, abordando três itens: Procedimentos nas Aquisições, Controle de Estoque, Controle das Refeições Servidas. As informações aqui citadas constam dos itens 1.1 e 1.2 do relatório final.

5º) Além das medidas recomendadas pelo relatório foram tomadas as seguintes providências: - Solicitada à auditoria a continuidade da apuração de fatos que comprovem o direcionamento de compras, ação esta que deverá ser seguida de Inquérito Administrativo para apurar responsabilidades; - Afastamento de todos funcionários, inclusive supervisor administrativo, que atuam na área de compras e reestruturação da área com orientação técnica do DPSU.



EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 89015-030. Fone: (0482) 22-3868. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Parlamentarismo X Presidencialismo



(matéria compilada da revista
Políticas Governamentais)

**Sérgio A. Ligeiro/Sociólogo e
pesquisador do Ibase**

**Pelo menos duas idéias
enganosas estão
normalmente presentes no
debate corrente sobre o
sistema de governo. Uma é
de que, ao optarmos pelo
parlamentarismo ou pelo
presidencialismo,
estaremos escolhendo o
melhor remédio para os
grandes males da nossa
sociedade.**

Esse tipo de formulação é, no mínimo, imprecisa e gera expectativas sobre o sistema de governo. A maior parte desses males só será sanada com políticas substantivas de médio e longo prazos, que dependem de programas e projetos a serem formulados e postos em disputa, não sendo, portanto, aplicáveis automaticamente após a construção de um novo arranjo institucional. As mudanças neste último campo visam, na verdade, redesenhar o terreno em que possivelmente serão implementadas estas políticas.

Neste sentido, sob a ótica democrática devemos ter como fio condutor das escolhas institucionais a busca de mecanismos que garantam a consolidação de um sistema político democrático. Ou seja, instituições que combinem racionalidade política com representatividade da sociedade.

Assim, chegamos a uma outra idéia, também enganosa, normalmente difundida nos debates: a de que o sistema parlamentarista ou o sistema presidencialista seja necessariamente um mais democrático que o outro. A princípio, enquanto modelos, qualquer um dos dois pode redundar em governos democráticos. E nenhum dos dois fornece esta garantia.

No parlamentarismo, o governo deriva do Parlamento e é responsável perante este. Ou seja, o chefe de Governo (primeiro-ministro, premier, chanceler, etc) e o seu gabinete dependem do Legislativo, pois dele extraem sua autoridade e a ele ficam sujeitos, sob o risco do voto de censura ou de desconfiança, que o força a demitir-se.

Esse princípio de responsabilidade é essencial no funcionamento do governo parlamentarista. Ele tem dupla característica: é jurídico, na medida em que é previsto constitucionalmente ou no costume; e é político, na medida em que o dispositivo jurídico quase nunca é

acionado, bastando a inviabilidade de sustentação do governo no Legislativo para que o primeiro seja forçado a demitir-se. O princípio está vinculado ao contexto político e não a procedimentos pré-determinados. Ou seja, a sustentação é política e não constitucional, de modo que o governo é facilmente sujeito à troca na ocasião de uma crise política. Por esta razão, o parlamentarismo é tido como um sistema de governo politicamente mais flexível.

No sistema presidencialista, o presidente é eleito por um período de tempo fixado na Constituição e sua autoridade provém da votação popular direta ou indireta. A questão da sua responsabilidade só é colocada em casos extremos de crime, como ocorreu no caso do impeachment do presidente Collor, não se tratando de um mecanismo cotidiano do sistema. Por esta razão, o presidencialismo é considerado um sistema de governo politicamente mais rígido.

Os dois sistemas também se diferenciam pela composição. No parlamentarismo há: 1 - o chefe de Estado (presidente, rei, etc), que representa a nação e tem, normalmente, poderes formais ou simbólicos; 2 - o chefe de Governo (primeiro-ministro, premier, etc), que é quem governa com seu gabinete, mas também tem prerrogativas legislativas; e 3 - o Parlamento, de onde emana o governo. No presidencialismo há: 1 - o chefe de Estado e de Governo na mesma figura (o presidente), que é quem governa e costuma ter iniciativa legislativa; e 2 - o Legislativo.

Os partidos -

No parlamentarismo, normalmente, apenas o Parlamento tem legitimidade de base popular (eleito pelo povo) e o governo é vulnerável em relação a ele; enquanto no presidencialismo, tem legitimidade popular tanto o Parlamento como o presidente, sendo este invulnerável em relação ao primeiro.

O parlamentarismo funciona à base da maioria parlamentar. Ou seja, para se sustentar, um gabinete (que é a cabeça do governo, formada por ministros) precisa ou estar apoiado no maior partido, circunstância em que o líder do partido é o chefe de Governo, ou precisa construir uma coalizão com vários partidos, circunstância em que a chefia do governo é negociada.

Vê-se a importância que têm os partidos políticos neste regime. Com raras exceções, é somente através deles que se pode consolidar um governo pois, como vimos, não há garantia constitucional de permanência do governo, como no presidencialismo. Neste, um presidente pode se manter no poder mesmo que completamente isolado no Congresso pois ele é, simultaneamente, chefe de Governo e de Estado. Os partidos perdem importância e o Executivo procura negociar, apartadamente, com os parlamentares. Isto, no regime presidencialista em que o Legislativo ainda possui um poder capaz de fazer equilíbrio com o Exe-

cutivo.

De fato, concretamente, qualquer dos dois sistemas, para ganhar desenho institucional mínimo, precisa do acompanhamento de mecanismos múltiplos (federalismos, sistemas eleitoral e partidário, etc.), a maioria dos quais comum a qualquer sistema democrático e não específico a um único sistema.

Acrescente-se que, em cada uma das experiências concretas, foi a combinação desses mecanismos com as condições políticas, históricas, sociais, econômicas e culturais da sociedade em questão que deu a cara efetiva do regime.

Além disso, deve-se considerar que o próprio momento de definição desta combinação é determinante, na medida em que tem natureza política, ou seja, de disputa e não técnica. Assim, entra em disputa uma constelação de interesses dos mais nobres aos mais mesquinhos. Ou seja, o processo não parte de uma situação ideal zerada.

Riscos -

De qualquer maneira, as duas críticas mais pertinentes dirigidas aos dois modelos de governo democrático podem ser suavizadas pelas respostas dadas em algumas experiências constitucionais.

No que diz respeito ao parlamentarismo, aponta-se para o risco de instabilidade do Executivo, na medida em que pode haver uma incapacidade crônica dos governos de se sustentarem, o que implicaria em vetos constantes do Legislativo. Já existem racionalizações constitucionais com o objetivo de consertar isso: uma seria condicionar a demissão do governo à sua substituição automática; outra seria a exigência da qualificação da maioria para voto de desconfiança.

No que diz respeito ao presidencialismo, aponta-se para o impasse latente entre Legislativo e Executivo. O que também já foi suavizado em alguns casos com mecanismos constitucionais: dá-se poder de dissolução do Congresso e de convocação de eleições ao presidente; e dá-se para equilibrar, o poder ao Parlamento de convocar nova eleição presidencial.

É preciso transcender a discussão sobre modelo de sistema de governo. Em vez de confrontar as formas possíveis do presidencialismo ou do parlamentarismo, devemos avaliar as realidades social, política e institucional brasileiras.

Contudo, qualquer que seja o sistema de governo que adotarmos, ele deve ser acompanhado de um pacote de reformas que inclua a mudança do sistema eleitoral, do sistema partidário e dos meios de comunicação, pelo menos. Sem estas alterações, o desenvolvimento da representação e da participação fica obstruído e as forças retrógradas da sociedade brasileira poderão se rearticular, mantendo as velhas práticas, seja sob o parlamentarismo, seja sob o presidencialismo.